



Educação ambiental da comunidade de Taquaruçu na APA Serra do Lajeado

Jorge Erivaldo Martins da Silva Filho¹, Daisy Parente Dourado¹, Diniz Didier Dias¹, Flávio Nerys da Luz¹, Evandro Reina², Cid Tacaoca Muraishi³

¹Graduandos do curso de Agronomia da Faculdade Católica do Tocantins - Facto. e-mail: martins2005@gmail.com, daisyagro@gmail.com, dinizd3@hotmail.com, nerysluz@hotmail.com

²Professor Mestre da Faculdade Católica do Tocantins - Facto. e-mail: evandro.reina@catolica-to.edu.br

³Professor Doutor da Faculdade Católica do Tocantins - Facto. e-mail: cid@catolica-to.edu.br

Resumo: Em consequência da grande degradação ambiental dos últimos tempos, um significativo número de países passou a criar áreas naturais protegidas como medidas conservacionistas, principalmente os do Terceiro Mundo. No Brasil, a maioria das unidades de conservação (UC) foram criadas nos últimos trinta anos. A área de proteção ambiental da Serra do Lajeado (APA) situada na comunidade de Taquaruçu apresenta inúmeros problemas que evidenciam a falta de uma política de educação ambiental voltada para os residentes dessa Unidade de Conservação. Realizou-se entrevistas, através de questionários semi-estruturados, com a comunidade local situada dentro dos limites da APA. Após a análise dos resultados, observou-se a necessidade da implantação de atividades em Educação Ambiental voltadas para a APA visando contribuir para que a Unidade de Conservação possa atingir os objetivos descritos em seu decreto de criação. Além disso, a Educação Ambiental seria uma ferramenta de conscientização aliada no combate à degradação ambiental da APA, ao contribuir para sensibilização dos moradores na busca da conservação da área que apresenta um forte potencial turístico. Os resultados apontam para a necessidade de implantação de um projeto de educação ambiental para a comunidade do distrito de Taquaruçu na APA Serra do Lajeado, ou seja, pode-se trabalhar junto à comunidade, sensibilizando-a com o intuito de tê-la como aliada no combate à degradação ambiental.

Palavras-chave: Conscientização, proteção ambiental, unidade de conservação

1. INTRODUÇÃO

Desde a revolução industrial, o homem passou a intensificar a extração de recursos naturais para os mais diversos fins. À medida que a população aumenta de tamanho cresce também a necessidade de extração desses recursos. Nos últimos 60 anos, parte da sociedade mundial despertou para problemas que estavam surgindo devido ao desequilíbrio ecológico do planeta. A poluição dos corpos d'água começava a surgir e trazer problemas de saúde para a população. Na década de 60 iniciaram-se os movimentos ambientalistas. Nas décadas de 70 e 80 foram criadas leis e órgãos públicos para iniciar o combate à degradação ambiental. Os níveis de poluição do ar e do solo cresciam rapidamente, assim como, a fragmentação das florestas, as queimadas, e o crescimento urbano contribuíam para a degradação do planeta.

Segundo Toledo e Pelicioni (2005), as Áreas de Proteção Ambiental (APA) tiveram origem a partir de atos e práticas das primeiras sociedades humanas que, reconhecendo valores especiais de determinados espaços com cobertura vegetal, tomaram medidas para protegê-los. Além disso, principalmente nos três últimos séculos, a crescente degradação dos recursos naturais contribuiu com o surgimento de um número mais significativo de áreas de proteção da natureza como o Parque Nacional Yellowstone, em 1879, nos Estados Unidos, sendo o primeiro parque nacional do mundo. O Parque Nacional de Itatiaia foi a primeira área natural protegida criada no Brasil por iniciativa do Governo federal, em 1937.

No Brasil, O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000), conhecida também como "lei do SNUC", além de fixar os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão, estabelece também duas categorias de unidades de conservação (UC): unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral.

Essas categorias surgiram a partir de duas correntes que influenciavam a criação das áreas naturais protegidas. Segundo o que Diegues (2004) explana em sua obra: o mito moderno da natureza



intocada, os preservacionistas, representados por John Muir, defendiam a proteção integral das áreas, sendo liberado apenas atividades temporárias de recreação pública e, os conservacionistas, representados por Gifford Pinchot, acreditavam que os recursos naturais das áreas poderiam ser explorados, algo confirmado pelo próprio Diegues que comenta: “Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria”. Segundo Toledo e Pelicioni (2005), para a corrente preservacionista, o ser humano era visto, não somente como um ser que não pertencia à natureza, mas também como destruidor dela. Desconsiderar os impactos negativos e positivos dos seres humanos em unidades de conservação é uma grande falha da corrente naturalista.

Não apenas considerar os seres humanos no processo de criação de UC's, mas também, inseri-los em programas de educação ambiental dentro das unidades de conservação é algo imprescindível para a efetiva preservação e conservação dessas áreas. O próprio Código Florestal, Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, já destacava a utilização de parques com objetivos educacionais, recreativos e científicos (BRASIL, 1965).

Dentro das unidades de uso sustentável temos a Área de Proteção Ambiental (APA) que é definida segundo o SNUC como: “uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. Além disso, ainda segundo o SNUC, uma APA tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Até o presente, não está muito claro o efeito das áreas de proteção ambiental no processo de ocupação do solo no Estado do Tocantins.

Segundo o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS, 2012), as primeiras três Unidades de Conservação criadas pelo poder público do Estado do Tocantins foram a Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza, Ilha do Bananal/Cantão e Serra do Lajeado. De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual do Lajeado, Taquaruçu é a única comunidade urbana que está totalmente dentro da APA Serra do Lajeado, além disso, existe uma grande pressão nos seus arredores, vinda dos municípios de Palmas e Lajeado.

Dessa forma, é necessário investigar como tem ocorrido a educação ambiental na APA de Serra do Lajeado, além dos níveis de envolvimento da população, uma vez que as estratégias de EA são de grande importância para alcançar os objetivos de conservação da biodiversidade.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi delimitada geograficamente no distrito de Taquaruçu, município de Palmas, Tocantins. A área estudada, APA Serra do Lajeado está localizada nas coordenadas 09°45'10,3 S e 48°21'26,8 W, constituída de uma gleba de terras com 127.417,765 ha que abrange os municípios de Palmas, Aparecida do Rio Negro, Tocantínia e Lajeado do Tocantins.

Para obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas com os moradores da região do distrito de Taquaruçu, através de questionários semi-estruturados com o objetivo principal de verificar a existência de atividades em EA.

Após o trabalho de campo, foi realizado um levantamento dos conceitos sociais e ambientais que engloba a Educação Ambiental junto à comunidade, com intuito de tê-la como aliada no combate à degradação ambiental da APA Serra do Lajeado.

Por razão de confidencialidade, a identidade dos moradores entrevistados foi mantida no anonimato. O questionário foi aplicado in loco pelos pesquisadores, contendo perguntas relacionadas ao perfil e o conhecimento da comunidade sobre a APA Serra do Lajeado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos questionários, constatou-se que o nível de conhecimento e inserção da comunidade na APA Serra do Lajeado é preocupante, tendo em vista que 65% dos entrevistados afirmaram que não possuem conhecimento sobre a Unidade de Conservação e sua aplicabilidade.

Quando questionados a respeito do envolvimento da própria comunidade com a APA, 63% dos entrevistados alegaram a não existência de ações participativas em prol da integralização dos



moradores com a UC, sendo que apenas 37% desenvolvem ações de sensibilização apenas com os turistas e visitantes (Figura 1).

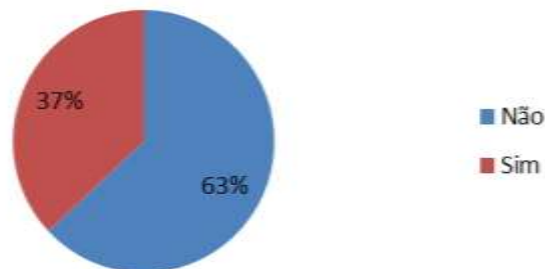


Figura 1 - Nível de envolvimento da comunidade de Taquaruçu com a APA Serra do Lageado.

Portanto, fica claro que a comunidade não está incluída no processo de integralização e sensibilização da UC, embora para que a mesma seja conservada de forma sustentável e ecologicamente correta, é preciso inseri-las em atividades de conscientização da APA e aplicação adequada do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Outrossim, 57% dos entrevistados responderam que a APA Serra do Lajeado possui influência significativa na vida da comunidade, tendo em vista que o clima ameno é o fator de maior preponderância para a região, proporcionado pela vegetação serrana, além dos recursos hídricos em abundância no local.

A pesquisa aponta que atividades prejudiciais ao meio ambiente são constantes, os entrevistados 62% afirmaram que o lixo descartado no meio ambiente é o fator mais agravante, além de contribuir para a degradação da UC. Em seguida, 18% das opiniões apontam para as queimadas, sequenciado a destruição da fauna e flora locais com 15%, além do desmatamento do entorno da serra com 5% das opiniões (Figura 2).

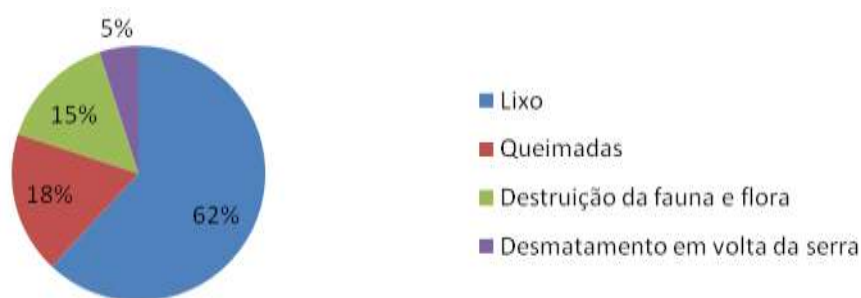


Figura 2 - Atividades prejudiciais ao meio ambiente presentes na UC.

4. CONCLUSÃO

Os resultados apontam para a necessidade de implantação de um projeto de educação ambiental para a comunidade do distrito de Taquaruçu na APA Serra do Lageado, focando e objetivando a criação de futuros moradores sensibilizados com as questões ambientais e, que eles possam ser multiplicadores das boas práticas ambientais em seus domicílios e em toda a comunidade.

Através da Educação Ambiental, pode-se trabalhar junto à comunidade, sensibilizando-a com o intuito de tê-la como aliada no combate à degradação ambiental. Nesse processo, percebemos que a questão ambiental da APA Serra do Lajeado deve ser trabalhada de acordo com a realidade da população local, no caso, a comunidade de Taquaruçu, procurando alternativas para resolver esses problemas sociais e ambientais.



Além disso, o órgão responsável pela administração da APA precisa atuar junto aos moradores da área trazendo informações básicas sobre a UC para que eles possam contribuir na conservação do ambiente.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Código Florestal**. Brasília (DF): Senado Federal; 1965.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP. 2004. p. 23 – 34

INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS, Naturatins. **Áreas protegidas do Tocantins**. Disponível em: <naturatins.to.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2012.

TOLEDO, R. F.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. In: Arlindo Philippi Jr.; Maria Cecília Focesi Pelicioni. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP. 2005. p. 749 – 769